



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO

MAÍRA DE OLIVEIRA CORCINO DOS SANTOS
ROSILENE SIMÃO DA SILVA

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: UM DESAFIO FRENTE AO AVANÇO DO
CONSERVADORISMO**

MACEIÓ-AL

2021

MAÍRA DE OLIVEIRA CORCINO DOS SANTOS
ROSILENE SIMÃO DA SILVA

**A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: UM DESAFIO FRENTE AO AVANÇO DO
CONSERVADORISMO**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Faculdade de Serviço Social – FSSO na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como requisito necessário para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Iara Costa da Silva Rêgo.

MACEIÓ-AL

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Maira de Oliveira Corcino dos Santos e Rosilene Simão da Silva

Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 23 / 12 / 2021

Título: "A DIMENSÃO TÉCNICO- OPERATIVA: um desafio frente ao avanço conservadorismo".

Conceito: *Aprovado*

Banca Examinadora:

Marcia Lara Costa da Silva Feijó
Professor orientador

Maira Alcantara Lima
Examinador 1

Rosilene Simão da Silva

Examinador 2

Antônio Jorge Belo Mota
Assistente em Administração
UFAL
GIAPE 2412249

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

AGRADECIMENTOS

O maior de todos os agradecimentos é direcionado a Deus, Aquele que me capacitou para que essa trajetória fosse percorrida apesar de quaisquer obstáculos. Gratidão à minha família e amigos que sempre me impulsionaram nesta jornada e se orgulharam durante todo o processo.

Ao corpo de docentes do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas que precisamente compartilharam seus conhecimentos com grande maestria, para que cada universitário apreendesse toda a riqueza de elementos que o Serviço Social abriga, assim como, à nossa orientadora, Prof.^a Dra. Marcia Iara Costa da Silva Rego pelo grande direcionamento dado a partir de seus conhecimentos e experiência e por ter nos compreendido durante todo o processo produtivo do TCC, e à toda equipe que compõe a Faculdade de Serviço Social.

É uma honra findar esta caminhada, certa de que a luta continua e que esta é apenas uma etapa de uma história que ainda trilhará novos percursos. A palavra de ordem é, de fato, gratidão, pois ela sintetiza bem a expressão de que “todo esforço tem sua recompensa”.

Rosilene Simão da Silva.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me capacitar, me conduzir e por ter me dado forças e saúde para findar a graduação, foram inúmeros os desafios percorridos até aqui, mas enfim, concluímos a última etapa deste ciclo acadêmico. Nesse momento também gostaria de expressar minha eterna gratidão à família, minha mãe, Rute; ao meu esposo, Anderson; aos meus irmãos, Mariana e Marcos; aos meus sobrinhos, Clara e Marquinho, e ao meu cunhado, Breno, por todas as vezes que me apoiaram, incentivaram e me ajudaram a cuidar do nosso pequeno, Anderson Henrique, para que eu pudesse estudar e concluir minha graduação. Família, obrigada por tudo!

À minha dupla, Rosilene, pelo companheirismo de toda a nossa jornada acadêmica, onde lutamos juntas para enfrentar todos os desafios que encontramos ao longo desse período.

Aos nossos mestres, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, pela contribuição intelectual e a formação crítica que nos proporcionaram. Assim como, aos técnicos administrativos por sua contribuição nos bastidores da dinâmica acadêmica.

À nossa orientadora, Prof.^a Dr.^a Márcia Iara, por ter aceitado o convite de nos orientar em um tema desafiador.

Às Assistentes Sociais do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, Eunice Maria, Micheline Costa e Rosilda Vasconcelos, por compartilharem a experiência profissional no estágio, e pela contribuição ao nosso crescimento acadêmico e pessoal.

Assim, encerro meus agradecimentos, obrigada a todos!

Maíra de Oliveira Corcino dos Santos.

RESUMO

Articular as dimensões que compõem o exercício profissional é crucial tanto para compreensão da necessária articulação teoria e prática, como para o enfrentamento das dificuldades expressas na realidade social. O projeto neoliberal torna-se um grande empecilho, pois atinge de forma deletéria o campo econômico, cultural, social e político, com forte impacto no processo de formação profissional, atingido pela contrarreforma do ensino superior, que defende a educação à distância e outros aspectos que empobrecem a formação profissional. Somado às características neoliberais, sabe-se que o capitalismo que determina uma sociedade de classes antagônicas e que possui raízes históricas com o conservadorismo contribui de forma decisiva para impor limites à profissão, principalmente com o esfacelamento dos direitos sociais conquistados historicamente pela luta da classe trabalhadora. Mas, com o avanço do ideal conservador, corre-se o risco de reproduzir uma atuação profissional convergente com os interesses dos grupos dominantes. A presente pesquisa visa compreender a importância da articulação das dimensões que compõem o exercício profissional do/a Assistente Social, a saber, técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política relacionando-as com os desafios postos para os profissionais num cenário em que se processa um avanço do ideário conservador expressos na flexibilização das relações de trabalho, retrocesso de direitos, e corte de investimentos em políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, respaldada em autores que se debruçam sobre o referido tema. Os resultados apontam que desconsiderar a articulação das dimensões que compõem o exercício profissional, implica numa atuação superficial, heterogênea, que não dá conta das necessidades dos usuários dos serviços, programas e benefícios, além de reiterar o conservadorismo, que mesmo de forma velada encontra-se presente no interior da profissão.

Palavras-chave: Dimensão Técnico-operativa. Exercício profissional. Conservadorismo.

ABSTRACT

Articulating the dimensions that make up professional practice is crucial both for understanding the necessary articulation of theory and practice, as well as for facing the difficulties expressed in social reality. The neoliberal project becomes a major obstacle, as it affects the economic, cultural, social and political fields in a deleterious way, with a strong impact on the process of professional training, affected by the counter-reform of higher education, which defends distance education and other aspects that impoverish professional training. Added to neoliberal characteristics, it is known that capitalism that determines a society of antagonistic classes and that has historical roots with conservatism contributes decisively to impose limits on the profession, especially with the dismantling of social rights historically conquered by the struggle of the working class. However, with the advance of the conservative ideal, there is a risk of reproducing a professional performance that converges with the interests of the dominant groups. This research aims to understand the importance of articulating the dimensions that make up the professional practice of the Social Worker, namely, technical-operative, theoretical-methodological and ethical-political, relating them to the challenges faced by professionals in a scenario in which an advance of the conservative ideals expressed in the flexibilization of the work relations, retreat of rights, and cut of investments in public politics is processed. This is a documentary and bibliographic research, supported by authors who focus on the aforementioned theme. The results show that disregarding the articulation of the dimensions that make up professional practice implies a superficial, heterogeneous performance, which does not meet the needs of users of services, programs and benefits, in addition to reiterating the conservatism, which even in a veiled manner is present within the profession.

Keywords: Technical-operational dimension. Professional practice. Conservatism.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
CA	Centro Acadêmico
CFAS	Conselho Federal de Assistência Social
CRAS	Conselho Regional de Serviço Social
DA	Diretoria Acadêmica
MEC	Ministério da Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	SERVIÇO SOCIAL: COMO SURTIU E SE DESENVOLVEU.....	12
2.1	O serviço social e as relações estabelecidas entre a igreja e o Estado.....	12
2.2	O serviço social e o processo de renovação.....	21
3.	A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.....	29
3.1	A dimensão técnico-operativa no exercício profissional: Breves Considerações.....	29
3.2	Formação e atuação profissional e os desafios postos ao serviço social no contexto conservador.....	38
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O exercício profissional do(a) assistente social é composto por três dimensões, a saber: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, as quais devem ser articuladas a fim de realizar uma atuação profissional comprometida com o acesso dos(as) usuários(as) aos seus direitos, atendidos nos espaços sócio-ocupacionais. Sabe-se que no atendimento, o/a profissional deve preconizar em sua ação o compromisso com o projeto que direciona toda a categoria, materializado nos aparatos legais – Código de Ética Profissional, Lei nº 8662/1993 de Regulamentação da Profissão – que legitimam o Serviço Social enquanto uma profissão dentro da divisão social e técnica do trabalho, assim como, há também outros documentos legais.

Refletir sobre a dimensão técnico operativa é fundamental, especialmente numa conjuntura em que ocorre um aprofundamento do Projeto Neoliberal¹, cujo tripé é: a flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho; a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros; e a privatização do patrimônio estatal que transfere para o grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas. Tais dinâmicas impactam diretamente no fazer profissional, além de intensificar a exigência por respostas imediatas. Esse conjunto de situações que se colocam no cotidiano traz consigo uma armadilha: a autonomização da dimensão técnico-operativa em detrimento das demais. Desta forma, restringir o fazer profissional ao uso dos respectivos instrumentos implica em um tipo de prática considerada: tecnicista, irrefletida, a-histórica e acrítica. Resulta, no que podemos de chamar de fazer por fazer. Atuar nesta direção torna a(o) assistente social um mero cumpridor de metas, sintonizado com os interesses postos pela/na sociabilidade burguesa.

Ao tomar como referência estas breves reflexões, partimos do pressuposto de que a cisão entre teoria e prática atinge diretamente a competência profissional, portanto, devem estar no centro de discussão no processo de formação profissional. Um modelo de formação que dissocia o tripé do exercício profissional pautado nas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, vai repercutir negativamente sobre o exercício profissional, além de ir de encontro com o que as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS preconizam. Esta direção se ancora nos estudos desenvolvidos por pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

¹ [...] caracteriza o neoliberalismo como “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”. (NETTO, 1993, p. 77 apud MELO, 2015, p.168)

A partir do exposto, a presente pesquisa visa compreender a importância da articulação das dimensões que compõem o exercício profissional do/da Assistente Social, a saber, técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, relacionando-as com os desafios postos para os profissionais num cenário em que se processa um avanço do ideário conservador², expressos na flexibilização das relações de trabalho, retrocesso de direitos conquistados historicamente, corte de investimentos em políticas públicas, aumento da pobreza, desigualdade e desemprego que se caracteriza enquanto estrutural.

Para alcançar o propósito, foram utilizadas pesquisas bibliográficas. Estas se deram a partir da análise da produção de conhecimento já existente sobre a temática. As leituras se basearam nos seguintes autores: Abramides (2016), Netto (1947), Aguiar (1995), Guerra (2012), Cardoso e Doi (2017), Trindade (2001), Yamamoto (2004), Carvalho (1985), entre outros. Além de artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado, livros, reportagens e materiais disponíveis impressos e on-line. Também foi realizada pesquisa documental, a exemplo do Código de Ética do Assistente Social, Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93.

O resultado do estudo será apresentado em duas seções conforme exposto a seguir: inicialmente objetivou-se pontuar de forma breve a trajetória do Serviço Social, desde sua emergência no Brasil até a década de 1990. Ao dar continuidade nos debruçamos no estudo das dimensões que compõem o exercício profissional do Serviço Social. Neste momento foi dado um especial destaque para a necessária unidade teoria/prática. Concluímos apresentando os principais desafios que se colocam para os profissionais num contexto de avanço de ideias conservadoras. Os estudos revelaram que apesar dos avanços teóricos e da perspectiva posta pelo Projeto Ético-Político, ainda se processa uma autonomização da dimensão técnico-operativa em detrimento das demais dimensões. Tal processo ganha fôlego a partir de transformações que se processam no mundo do trabalho e do retrocesso das políticas públicas que cada vez mais assumem um viés privatizante com fortes impactos nas condições de trabalho.

Vale afirmar que o interesse pelo tema partiu da inquietação observada em entrevistas e visitas técnicas em diferentes espaços sócio ocupacionais, solicitadas por atividades da graduação e ainda no processo de estágio supervisionado. Observamos que muitos/as

² No presente estudo não temos a pretensão de estudar o aprofundamento do conservadorismo, suas novas roupagens e a emergência da nova direita. O pouco tempo de um trabalho de conclusão de curso não nos permitiu avançar neste aspecto, apesar de compreender a necessidade. Mas deixaremos para uma segunda fase de nosso processo formativo.

assistentes sociais sentiam dificuldade em fazer uso do conhecimento acumulado ao longo do processo de graduação/formação. Fato que gerava a reprodução do velho discurso de que “na prática a teoria é outra”.

Espera-se que o referido estudo abra possibilidades para novas inquietações, pois a pesquisa é um processo em constante construção e a realidade é mutável. Em momentos históricos específicos atende às necessidades impostas por determinado modo de produzir e reproduzir a sociedade. Daí a necessidade da pesquisa. A partir da sistematização e do desvelamento do real, será possível elaborar estratégias de enfrentamento qualificadas e atentas às novas demandas.

2 SERVIÇO SOCIAL: EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

Tratar da emergência do Serviço Social no Brasil implica necessariamente trazer para o debate o pensamento de autores que revelam os traços característicos do referido período. Para dar continuidade, faremos um passeio pelas produções que explicam e demonstram contextos do desenvolvimento do Serviço Social. Vale ressaltar que esta pesquisa tomará como norte os estudos desenvolvidos por Aguiar (1995), Marilda Vilela Iamamoto (1985 e 2004) Raul de Carvalho (1985) e Abramides (2016).

A presente seção objetiva inicialmente fazer uma discussão acerca da emergência do Serviço Social no Brasil, sua profissionalização e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social até o período de definição do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social.

2.1 O serviço social e as relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado

Em seus estudos, Iamamoto e Carvalho (1985), a partir de uma perspectiva histórico-crítica, relacionam sua emergência ao processo de formação da sociedade brasileira e às relações sociais estabelecidas neste processo. A apreensão deste processo permite a compreensão das bases materiais e humanas que contribuíram para a emergência do Serviço Social no Brasil.

Um elemento importante para compreensão da emergência da profissão foram as relações estabelecidas entre igreja e Estado, pois a origem do Serviço Social no Brasil esteve vinculada às ações católicas cuja intenção era fazer uso do laicato, composto em sua maioria por mulheres da burguesia, para realizar ação social junto às famílias operárias que faziam parte da classe subalterna (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985).

Iamamoto e Carvalho (1985) nos informam que a atividade profissional possuía um cariz confessional e missionário, fazendo uso da ideologia da doutrina social da Igreja, dando às ações um estigma de caridade e filantropia. Nesse contexto, a igreja buscava combater o comunismo – ideologia política e socioeconômica baseada na abolição da propriedade privada e das classes sociais - e o liberalismo - filosofia política, doutrina econômica, que defende a liberdade individual, com limitação do poder do Estado através da lei -, vistos pela instituição religiosa como ameaças à harmonia da sociedade.

Então, Aguiar (1995) pontua que o Serviço Social nasce associado à ideologia da Igreja Católica, possuindo ligação prática e teórica com o neotomismo³, baseado em uma formação doutrinária e moral. Os leigos eram membros das ações, cujo objetivo inicial era solucionar a questão social, que nesse momento era compreendida pela igreja como um problema social decorrente do desequilíbrio social e do individualismo.

Aguiar (1995), ao analisar o posicionamento da igreja, foca na situação vivenciada na Europa e reafirma a postura dessa instituição religiosa frente à questão social. Tal posicionamento influenciou a ação desenvolvida pela Igreja em diversos países, inclusive, no Brasil.

Para o autor Aguiar (1995), a igreja considerava a questão social como um problema social, como foi dito acima, decorrente da evolução de desequilíbrios da vida social, uma forma de patologia. Assim, a igreja julgava estar havendo uma grande crise, inclusive moral e dos costumes cristãos, os quais advinham do liberalismo, que gerava o individualismo, e também do comunismo, que segundo esta instituição religiosa, deveria ter seu crescimento contido.

O pesquisador afirmava que a igreja, ao propor a Reforma Social, deveria buscar uma solução para os problemas enfrentados pelos trabalhadores através da religião. Assim seria possível atenuar os conflitos da época. Havendo ainda a defesa da união entre as classes e aconselhava os homens a aceitarem sua condição, pois acreditavam não ser possível todos alcançarem o mesmo nível, incentivando o consenso e conseqüentemente a desigualdade por meio de conteúdo religioso (AGUIAR, 1995).

Nesse contexto, as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* influenciaram as ações sociais, as quais englobavam as problemáticas operárias para serem alvos de tais ações, assim como, propunham uma Reforma Social difundindo os princípios fundamentais religiosos em um contexto de extrema miséria do operariado e expansão de fábricas (GONDIM; BEZERRA; COSTA; 2018).

Também é preciso considerar neste cenário, o desenvolvimento das forças produtivas, a emergência do racionalismo, e de movimentos contrários ao pensamento católico. Todos esses processos contribuíram para que a Igreja Católica perdesse sua hegemonia enquanto visão de homem e sociedade, abrindo vistas a uma secularização do Estado.

³ O Neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver a filosofia de Santo Tomás de Aquino, do século XIII, o tomismo, que por sua vez, é a doutrina filosófica cristã, dedica-se ao esclarecimento das relações entre a verdade revelada e a filosofia, isto é, entre a fé e a razão, que são distintos e harmônicos.

Segundo a autora Iamamoto (2004), os impactos desta secularização⁴ se expressaram por meio da perda de poder e influência da igreja na esfera estatal e junto aos grupos dominantes. Tais acontecimentos impulsionaram o desenvolvimento do “movimento de reação católica⁵” que, através de seus integrantes, buscou recuperar a hegemonia perdida, por meio do que foi chamado de Reforma Social da Igreja, como fora dito acima, a qual deveria ser iniciada pela camada alta da hierarquia, pois a partir da classe dita nobre, os demais estratos seriam influenciados.

A função do Serviço Social naquele dado contexto se dava por meio da participação no controle e disciplinamento dos operários, tanto dentro das unidades fabris, como fora delas. Portanto, era um/uma profissional que fazia a intermediação da relação entre a fábrica e a comunidade, incidindo seu trabalho intelectual no ambiente doméstico. Focavam na família e inclusive nas suas decisões de consumo.

Toda essa atividade atendia aos objetivos da classe hegemônica, de “atenuar manifestações de insubordinação dos operários [...] como para detectar a eclosão de insatisfações potenciais e propor medidas atreladas à hierarquia da empresa que esvaziassem o potencial organizativo e reivindicatório”. (IAMAMOTO, 2004. p.46)

Como discutem Iamamoto e Carvalho (1985), as famílias operárias eram objetos de educação doméstica e moral em um contexto de industrialização e migração do campo para a cidade, ocasionando em aglomerados nos centros urbanos, as quais passaram a residir em habitações com péssimas condições sanitárias. É enfatizada ainda a inserção de mulheres e crianças no interior das fábricas. A finalidade da atuação do Serviço Social junto às famílias era no sentido de viabilizar a integração às novas demandas do capitalismo brasileiro tardio no seu processo de industrialização.

O assistente social, ao mesmo tempo em que deverá atuar no sentido de garantir ao trabalhador e sua família um nível de vida moral, físico e econômico normal, e a correta aplicação das leis trabalhistas, deverá combater o absentismo, o relaxamento no trabalho, velar pela moralidade, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e adaptar o trabalhador à sua função na empresa. Será "o agente de ligação entre patrão e operário. Atendendo a um e outro - atuando de forma autônoma e independente - ele é o autêntico agente da justiça social", "o agente de coordenação dos elementos humanos da produção e da aproximação das classes" (IAMAMOTO E CARVALHO, 1985. p. 209).

⁴ Esse processo foi em nível internacional, mas no Brasil assumiu particularidades próprias.

⁵ Refere-se à segunda fase do movimento de Reação Católica, momento no qual surge o Serviço Social enquanto Escola de Serviço Social. A primeira fase de Reação Católica data-se em 1920 e meados de 1930, quando a Igreja começa a se envolver em causas sociais relacionadas à população. Ver Iamamoto e Carvalho (1985).

Vê-se, portanto, que o contexto demandava um determinado tipo de profissional, capaz de atuar no tratamento individual e incidir seu trabalho na vida do trabalhador de maneira integral. Para isso adotava uma prática preventiva através de discurso educativo, conservador, que reafirmava a infantilização da classe proletária, tornando-a dependente de tutela. A visão de mundo adotada pelo profissional contribuía para mistificar a exploração capitalista, que passava a ser considerada enquanto um problema educacional, moral e/ou assistencial. (IAMAMOTO E CARVALHO; 1985)

Com isso, aponta-se para o fato de que o Serviço Social não estava separado dos acontecimentos da sociedade, tendo em vista que, naquele momento a Igreja Católica era a maior influenciadora das massas, com seus princípios e valores. Esta buscava expandir seu alcance e o Serviço Social esteve intrinsecamente relacionado à ação social da Igreja Católica, que organizou o Apostolado social para desenvolver atividades assumidamente ideológicas a partir de determinadas características, a saber:

[...] embebido de uma doutrina social totalitária; de um projeto de desenvolvimento harmônico para a sociedade; [...] capitalismo exorcizado de seu conteúdo liberal; [...] capitalismo transfigurado e recristianizado aparece como concorrente do socialismo, na luta pela conquista e enquadramento das classes subalternas (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 214, 2007).

Algo importante trazido por Iamamoto e Carvalho (1985) é que para pôr em prática a intervenção ideológica a qual definiram, faziam uso do assistencialismo como base sustentadora da sua atuação, escancaradamente política e subjetiva, para adentrar nas consciências do público-alvo das ações sociais.

Dessa forma, em sua origem, o Serviço Social estava imerso em toda essa influência conservadora, fazendo-se presentes o autoritarismo, o paternalismo e o doutrinário, ressaltando que a doutrina social da Igreja direcionava as ações que representavam a forma prática do Serviço Social nessa fase, realizada pelo apostolado social, formado por leigos que exerciam esse papel social nas ações.

Para Iamamoto e Carvalho (1985), existia uma interligação firmemente delineada entre o bloco católico, a classe dominante e o governo, os quais também eram ligados ao Serviço Social, pois estes o condicionavam. O Serviço Social era parte integrante do movimento católico e possuía um conteúdo de classe e uma intencionalidade política definidos, que determinavam a forma de apreensão e percepção que justificavam a ação dos então agentes sociais.

Em suma, os leigos envolvidos no apostolado social pautavam-se em práticas caritativas que se materializavam por meio de obras sociais. As ações eram direcionadas à população pobre em geral. Visava-se a recristianização da sociedade por meio do apostolado social da Igreja Católica. Existia uma ação cooperativa que envolvia igreja, burguesia e o Estado. Este último possuiria um papel muito importante no subsídio para a realização dessas ações.

Ainda na década de 1930, vê-se o engajamento da Igreja Católica em se aliar ao governo para alcançar seus objetivos de recristianizar a sociedade. Segundo Aguiar (1995), o foco estava voltado para as elites, para que estas influenciassem a vida social, reformando-a de cima para baixo.

Com a ameaça da laicização, a Igreja Católica visou se reaproximar do Estado, ainda que o episcopado da época não fosse unânime à Vargas e tampouco à Revolução. Então, a igreja buscou definir seu lugar na nova ordem. D. Leme, um importante visionário católico, utilizou diversas estratégias – reuniões, congressos, concentrações – para pressionar o “Governo Provisório a atender as reivindicações católicas e impedir que o mesmo se incline para a esquerda” AGUIAR, 1995, p. 26).

Como afirma o autor Aguiar (1995), a partir de então, a Igreja Católica foi ganhando espaço nesse cenário, abrindo oportunidades de compartilhar seus postulados, dentre os quais havia aqueles relacionados à problemática social. Posteriormente, tais postulados foram inseridos na Constituição e a instituição religiosa alcança o espaço pretendido no território nacional.

Cronologicamente, houve a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, que se desenvolveram dentro do contexto de expansão e consolidação do catolicismo no cenário político e social do país, frutos dos grupos participantes de cursos de formação social e semanas sociais que emergiram da necessidade de organizar a ação social da Igreja.

Segundo Aguiar (1995), o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS localizado em São Paulo, preocupou-se com a criação da Escola de Serviço Social nesse estado. Enviou, portanto, duas sócias à Bélgica, que ao retornarem formadas contribuíram para a estruturação da Escola de Serviço Social em São Paulo em 1936. Essa preocupação partiu da necessidade de melhor preparar o pessoal para a ação social.

A segunda Escola de Serviço Social foi fundada no Rio de Janeiro em 1937, que teve como maior motivação promover uma formação social a fim de desenvolver uma vocação

social⁶. É importante salientar que, no Rio de Janeiro, a escola teve influência de uma equipe francesa através de experiência social vivenciada naquele país. Ressalta-se que haviam objetivos pré-estabelecidos com essas formações, dentre elas:

Formar entre as mulheres [...] uma consciência de comunidade cristã visando substituir o individualismo liberal egoísta [...]. Para isso, forma assistentes sociais, educadores familiares, donas de casa que sejam nos respectivos ambientes em que atuam, elementos de correção das anomalias sociais⁷ (AGUIAR, 1995, p. 30).

Com todo o exposto, vê-se que o Serviço Social nasce estreitamente vinculado à ideologia católica, desde a formação doutrinária e moral até a metodologia de trabalho. As assistentes sociais na época – pois é marcante a presença das mulheres nesse âmbito – serviam como operadoras do Serviço Social, porém agora formadas em escolas para esta finalidade.

Em seus estudos, Iamamoto e Carvalho (1985) argumentam que foi no decorrer deste processo que se deu a implantação do Serviço Social. Para os autores, a emergência da profissão não se baseou em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge a partir da iniciativa particular de grupos classe que se manifestaram, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

Então, inicialmente, tem-se no Serviço Social a influência europeia (1930-1941) a qual engloba a segunda fase do processo de reação católica e dos seus desdobramentos. A partir dos anos 1940, inicia a presença norte-americana, no que diz respeito ao uso de técnicas para a atuação profissional.

Assim, nesse contexto, o Serviço Social no Brasil buscava um aparato instrumental para a sua prática e o uso da técnica de caso, grupo e comunidade foi a solução trazida para a profissão, abrindo uma fase com a presença das perspectivas advindas das Ciências Sociais, principalmente da Psicologia, pois havia uma preocupação com o indivíduo no âmbito das suas emoções e personalidades (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985).

A importação das técnicas de caso, grupo e comunidade, segundo Aguiar (1995), se deu porque houve o lançamento de um programa de bolsas de estudos para especialização nos Estados Unidos e assistentes sociais brasileiras foram contempladas por este programa, o que possibilitou a participação de algumas delas na Conferência de Serviço Social nos Estados

⁶ Tendo em vista o período, ressalta-se que o perfil profissional esteve estreitamente vinculado ao fator moral e de princípios cristãos que desenvolveriam uma vocação. A Igreja quem demandava tal perfil para estar à frente da execução das ações sociais.

⁷ Anomalias, tendo em vista a fonte que embebiam nos anos de 1940 e 1950 sob a influência norte-americana, sob a perspectiva positivista e funcionalista tinha-se a ideia de ajustamento e ajuda psicossocial, pois consideravam aqueles que estavam a margem da sociedade, pessoas fora do padrão, consideradas como anomalias sociais. (GONDIM; BEZERRA; COSTA, 2018)

Unidos, que proporcionou ainda, que estas vivenciassem um intercâmbio em instituições, as aproximando novamente dos métodos acima mencionados.

Iamamoto (2004) afirma que “a tendência à psicologização das relações sociais, se materializa nos problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, aqueles relacionais” e afetivos, enfatizando nas necessidades subjetivas, pois as necessidades materiais/objetivas tornam-se demandas secundárias. Ou seja, trabalhavam com base na orientação psicossocial, preservavam o julgamento moral da “clientela” – termo conservador utilizado naquele contexto – encoberto em uma aparência científica, baseada em rudimentos da psicanálise. Cabe ainda sinalizar outra tendência aparente nesse período, que é a transclassista, que coloca o sujeito usuário como não pertencente a uma classe.

Ainda se baseando nas leituras da obra de Iamamoto e Carvalho (1985), entre os instrumentos de trabalho utilizados é possível citar: os plantões para atendimento, visitas domiciliares, reuniões educativas para adultos, cursos de proteção às crianças cujas mães trabalhavam fora, cursos de formação familiar voltados à moral e assuntos domésticos, encaminhamentos para ofertas de emprego, além de promoverem ações direcionadas à regularização do casamento religioso.

Os/as profissionais também produziam fichários dos assistidos – possivelmente para arquivar informações dos atendidos e seu histórico de atendimento – trabalhavam ainda em pesquisas sociais a partir de inquéritos familiares, abrangendo informações como condições de moradia, situação sanitária, econômica e moral do proletariado.

Nas empresas atuavam em atividades ligadas à legislação do trabalho, no que diz respeito à concessão de benefícios como: licença-maternidade, acidentes de trabalho, aposentadoria, seguro de vida e outros ligados ao fator humano de produção, a saber, seleção de profissional, prevenção de acidentes, vigilância sobre saúde dos operários, vigilância sanitária e assistência às gestantes e nutrízes.

Atentando ao que discute Aguiar (1995) houve, portanto, uma mudança do caráter da assistência, que passa de curativa para preventiva [dos problemas sociais]. Ou seja, fazia-se necessário se antecipar aos problemas, os identificando previamente para que tenham um tratamento personalizado a fim de reintegrar o indivíduo à situação considerada “normal”, uma vez que, aqueles tidos como público-alvo dessas ações eram vistos como desajustados no que diz respeito ao modelo de sociedade pautado nas relações sociais nos moldes capitalistas.

Iamamoto e Carvalho (1985) expõem que as instituições no Brasil seguiam os modelos de instituições norte-americanas, quanto à coordenação e a tecnificação das ações

assistenciais. Era o Serviço Social influenciado pela ótica de Mary Richmond. Dentre as técnicas e instrumentos utilizados é possível citar: os inquéritos individuais, os fichários, e o diagnóstico. Através destes instrumentos e técnicas eram realizados o acompanhamento dos "assistidos". O diagnóstico tomava forma a partir da análise do inquérito e posteriormente ocorria a intervenção e conseqüentemente o "tratamento".

Seguindo ainda essa linha, os/as assistentes sociais que partiam da concepção de população desajustada, a fim de integrá-las e adaptá-las à sociedade. Porém, essa ótica utilizada pelo Serviço Social na época se explica pela própria formação desses profissionais, pois não havia a perspectiva de apreensão das contradições e desigualdades na sociedade.

Na década de 1950, como aponta Aguiar (1995), teve início uma nova fase política, o Desenvolvimentismo, com uma nova conotação ideológica, onde o Serviço Social também foi influenciado, uma vez que a Organização das Nações Unidas (ONU) viu este como um instrumento no processo de desenvolvimento de comunidade, o que lhe atribuía um caráter de cientificidade e que o mesmo se inseria em um trabalho junto às ideias/consciências, não intervindo de fato na realidade, pois o intuito não era transformá-la.

No período que vai de 1954 a 1960, predomina-se ainda a visão de mundo e sociedade fundada no neotomismo, ainda que sem traços muito fortes, e no funcionalismo (de cunho positivista), direcionada por uma visão acrítica da realidade, ao buscarem mudanças equilibradas, com postura reformista, sem colocar em xeque a ordem social.

A prática empreendida pelo Serviço Social continuava conectada aos interesses da classe dominante. Os métodos utilizados, muitas vezes, com ênfase no desenvolvimento de comunidade visavam conquistar o consenso necessário para a manutenção, camuflando as contradições existentes na sociedade, pois apesar de presidir um país subdesenvolvido, Juscelino Kubistchek buscava colocá-lo em consonância com os países desenvolvidos por meio da industrialização e assim, contribuía para a expansão do capitalismo no Brasil (AGUIAR, 1995).

Nesse contexto, o Antônio Geraldo Aguiar (1995) enfatiza a presença dos centros sociais nas zonas rural e urbana, que eram instituições locais, agora mais modernizadas, nos quais a coletividade por meio da cooperação buscava resolver problemas pontuais da localidade, a fim de atender às necessidades particulares e melhorar as condições de vida. Somados a isso, havia ainda a educação rural, como forma de alfabetizar as populações rurais, com vistas em modernizar a agricultura e promover pequenas obras de infraestrutura, tudo isso sem onerar os cofres públicos.

A participação da população nesse processo, como discute Aguiar (1995), era um tanto ilusória, sob a perspectiva funcionalista, cujo fim era o consenso social e isso compunha a ideologia de desenvolvimentismo, pois a promoção pretendida para substituir o assistencialismo por meio da cooperação da população não aconteceu, pois a população não tinha autonomia nos processos de sua caminhada. Iamamoto (2004) diz que tudo acontece no campo da idealização, uma vez que davam ênfase às ideias e não à realidade, buscando mudar a consciência e não as estruturas.

O conceito de promoção utilizado se dava por meio da conscientização, e uma das funções do Serviço Social era nesse âmbito, “orientar a população para cooperar no desenvolvimento, lhes apresentando tal ideologia” (IAMAMOTO, 2004, p. 133). Ou seja, é uma mudança nas consciências das pessoas para que estas pudessem aderir à modernização objetivada. Tudo isso com o intuito de integrar a todos no processo de desenvolvimento.

Mas, o que seria esse desenvolvimento? Aguiar (1995, p.177) conceitua o desenvolvimento ora mencionado como “o processo de planejamento que se integra às mudanças nos aspectos econômicos, tecnológicos, socioculturais e político-administrativos”.

Assim, o autor enfatiza que há uma concepção dualista de desenvolvimento, havia uma concepção estrutural de dependência – o Brasil era tido como um país dependente que passava, mesmo assim, a aderir à política desenvolvimentista. O papel do Serviço Social estava ligado às mudanças necessárias em determinados contextos, no que se refere aos setores que bloqueiam o desenvolvimento proposto e assumido pela classe dominante.

Para uma melhor compreensão acerca dessa dependência estrutural mencionada acima, Aguiar (1995) trata da interferência da ONU nos países pobres ao conceder assistência técnica e financeira, cujo principal intuito era “preservar o mundo livre” de ideologias não democráticas – enfaticamente contra o comunismo, pois pensavam que os países pobres teriam maior receptividade ao mesmo. Assim, começaram a implantar internacionalmente programas de desenvolvimento de comunidade.

A ONU fornecia assistência aos governos que a solicitassem, nas áreas de educação fundamental, formação agrícola, saúde e organização de cooperativas. Essa era a forma de impulsionar o desenvolvimento desses países periféricos. A ONU propôs uma definição para Desenvolvimento de Comunidade “esforços da população aliados aos do governo, para melhorar a situação econômica, social e cultural das comunidades, integrá-las à vida da nação e torná-las capazes de contribuir decisivamente para o progresso nacional” (AGUIAR, 1995, p. 70).

A partir do exposto, vemos até então três grandes características da profissão em sua atuação, que são: o caráter corretivo, removendo as causas que pudessem ser motivos de impedimento ao período de desenvolvimentismo; outra de caráter preventivo, se antepondo às consequências de um ou mais fenômenos, buscando se antecipar diante dos problemas para que estes não ocasionassem em problemas ainda maiores; e por fim, o caráter promocional, cujo objetivo era habilitar indivíduos, grupos, comunidade e população como um todo para atingir suas potencialidades e realizações.

Posteriormente, há uma transição para outro contexto histórico, pois o Movimento de Reconceituação emergiu na América Latina quando o Serviço Social começou a se aproximar com a tradição marxista, opondo-se ao conservadorismo velado que sempre esteve presente no seio da profissão.

2.2 O Serviço Social e o processo de Renovação

A partir dos estudos de Abramides (2016), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro teve seu início ainda na década de 1960, sendo marcado por três vertentes as quais situam esse processo em momentos históricos específicos e com características também específicas, são elas: a modernização conservadora, que foi representada materialmente pelos documentos de Araxá e Teresópolis; reatualização do conservadorismo; e intenção de ruptura.

Em sua obra, Iamamoto (2004) diz que no início da década de 1960 emergem as primeiras manifestações que questionavam a Instituição Serviço Social, isso porque ocorre uma tendência de politização dos setores médios que alcançam as escolas de Serviço Social ainda confessionais, influenciando também o movimento estudantil, formando uma esquerda cristã. Ressalta-se que tais manifestações eram isoladas, dado o contexto repressivo, mas que posteriormente se expandiram.

Aqui podemos compreender que se inicia uma série de acontecimentos que iriam interferir no Serviço Social, primeiro porque a base de recrutamento de profissionais para essa área sofre uma mudança, uma vez que agora as escolas formadoras não contemplavam apenas as moças de famílias abastadas e religiosas, mas passou a receber integrantes da classe média que bebiam em fontes que não se restringiam apenas ao conteúdo católico, mas passava por um processo de politização.

Com isso, a modernização e a tecnificação que eclodiu quando ocorreu o Golpe Militar – 1964, marcado como um período de conjuntura de crise que se aliou à efervescência

política no continente latino-americano, ao colapso dos governos populistas, à reorientação tática do capitalismo em relação às sociedades dependentes e redesenhou no Brasil todo o cenário.

Segundo relata Aguiar (1995), havia a imposição da ideologia militar e a legitimação desse governo se dava por meio de atos institucionais de caráter autocrático e coercitivo, de ferrenha imposição e centralização de poder, onde imperava o elitismo. Houve ainda a grande influência dos Estados Unidos devido à localização geográfica do país, o que fazia o Brasil ter uma ligação cultural, política, econômica e histórica em relação ao Ocidente e, dado o contexto de Guerra Fria, essa também era uma forma de estratégia contra o comunismo.

Foi um período extremamente difícil para a população brasileira, que sofreu com a concentração de renda, forte arrocho salarial e com a agudização da miséria. Vale ressaltar que no referido cenário também houve o predomínio da ideologia de Segurança Nacional. Ou seja, foi um momento da história brasileira em que a democracia esteve extremamente comprometida e ameaçada, em que as expressões da “Questão Social”⁸ se multiplicaram.

Nesse contexto, cresce a política social a partir da iniciativa do governo, principalmente com a criação de salários indiretos para manter a reprodução da força de trabalho que se encontrava em pauperização diante da concentração de renda. (AGUIAR, 1995)

Toda essa conjuntura de mudanças abarcou também o Serviço Social, mudando sua roupagem assistencialista, carecendo-lhe de ser alvo de um rearranjo, para que atendesse às novas demandas da realidade, assim como, para ocupar as novas funções criadas estatalmente, principalmente com o surgimento das políticas sociais.

A autora Yamamoto (2004) justifica esse rearranjo afirmando que havia a necessidade de tecnificação dos profissionais de Serviço Social, característica que marcou a fase da modernização conservadora da profissão, visto que a sociedade e o Estado passavam por um processo de modernização – modernização essa que estava contida em um molde conservador, apenas atualizando tal perspectiva que esteve presente desde a origem do Serviço Social – ou seja, a ordem burguesa requisitava esse “progresso” também no âmbito profissional, que se alinhasse às rotinas de trabalho burocrático.

A partir desses dilemas, o Serviço Social buscava uma forma de reconceituar-se, tendo em vista o período.

⁸ Questão Social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo, é a expressão da contradição capital-trabalho e está relacionada a luta de classes. Esta possui expressões que a materializam por meio de diversos problemas sociais, como a fome, o desemprego, a violência e outros. (GONDIM; BEZERRA; COSTA, 2018)

Reformular o Serviço Social não implica questionar o tipo de sociedade e de desenvolvimento, mas implica melhorar suas técnicas, [...]. O caráter promocional do Serviço Social acha-se consubstanciado na afirmação de que promover é capacitar. Diante dessa colocação, conclui-se que o Serviço Social promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidades e populações, fazendo-os atingir uma plena realização de suas potencialidades [...]. Destaca-se, quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global (IAMAMOTO, 2004, p. 135).

A partir dessas inquietações, temos o Documento de Araxá que é resultado de um seminário que aconteceu na cidade que o denomina em 1967, no período em que o Serviço Social é questionado pelos próprios profissionais frente ao novo cenário nacional e discutiam sobre a validade do seu corpo teórico.

No continente latino-americano já se processava o Movimento de Reconceituação, pois viam a necessidade de superar o que fora absorvido do Serviço Social europeu e norte-americano e adequar o fazer da profissão à realidade da América Latina. Para tanto, Aguiar (1995) diz que defendiam a importância da teorização da prática – que no Brasil acontece na fase da modernização conservadora – pois afirmavam que era viável sistematizar as experiências profissionais para elaborar uma teoria própria do Serviço Social.

Tão logo, entende-se que no I Seminário de Teorização do Serviço Social no Brasil, a profissão buscava seguir a mesma dinâmica, objetivava ser estudada e teorizada. Havia a necessidade de se produzir dentro da mesma, sem deixar de fora os acontecimentos que se desenrolavam naquele contexto. Os envolvidos viam o Serviço Social institucionalizado, e visualizavam que precisavam adequar a profissão ao cenário econômico-social da realidade brasileira.

Esta teorização teve início com o Encontro em Araxá e teve continuidade anos mais tarde, no Seminário realizado em Teresópolis onde também se discutia a profissão, principalmente no que diz respeito à sua metodologia.

Seguindo as fases da história da profissão, tratemos do pensamento conservador, o qual tem profunda relação também com a segunda fase do processo de renovação do Serviço Social, pensamento este que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista.

Então, o racionalismo e o conservadorismo são articulados e configurados para serem juntos, um estilo de pensamento da sociedade capitalista. Isso porque o Serviço Social acompanha o movimento da realidade, não está desconexo dessa, e recebe influência de diversos pensamentos em cada momento histórico.

Nesse período, o pensamento conservador é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista. Iamamoto (2004) diz que ocorre um “raptor ideológico”, de preceitos reinterpretados e que são validados para um contexto histórico diferenciado e utilizados para compreender a realidade sob um viés específico, tendo em vista que, desde o Golpe Militar na década de 1964, o conservadorismo passou a ser um forte elemento utilizado. Isso contribuiu para obscurecessem as contradições da ordem capitalista e favorecesse a coesão e a reprodução das desigualdades sociais produzidas pelo capital. Assim, o conservadorismo passa a

[...] responder às necessidades de explicação da própria sociedade capitalista [...] seja como uma forma de agir e de pensar a sociedade a partir da perspectiva da classe burguesa. [...] O Serviço Social nasce e se desenvolve embebido em ideias conservadoras (IAMAMOTO, 2004, p. 22-23).

Esses elementos estiveram presentes na Reatualização do Conservadorismo, outra fase do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil, pois não fora possível erradicar tal tendência da esfera social como um todo, tampouco seria no âmbito do Serviço Social. Vejamos o que diz Netto (2005):

Entende-se que no processo de Reatualização do Conservadorismo, busca-se aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional. Essa perspectiva “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção’” (NETTO, 2005, p. 203 apud VIANA; CARNEIRO; GONÇALVES, 2015, p. 04).

O pensamento conservador possui características que precisam ser identificadas, segundo afirma Iamamoto (2004), dentre elas: radicaliza a individualidade, compreende os homens enquanto seres essencialmente desiguais e particulares, subjetiva a liberdade, pois a partir desta, cada indivíduo deveria ter a habilidade de desenvolver-se de acordo com suas possibilidades e limitações, ou seja, uma liberdade apenas no âmbito da esfera privada. A sociedade era compreendida como uma ordenação natural do mundo – esta é uma característica positivista que também influenciou a prática do Serviço Social.

O processo de Reconceitualização do Serviço Social tem como última fase a Intenção de Ruptura, como denominou Netto (2002), uma vez que o Serviço Social buscava novas bases de legitimidade da prática profissional, ao reconhecer as contradições existentes na realidade social. Com isso, o Serviço Social objetivou colocar-se a serviço dos interesses dos usuários, ou seja, dos setores dominados da sociedade.

Segundo Netto (2005), o Serviço Social encontra-se na posição de desfazer seus laços com o tradicionalismo e se basear em um conteúdo integralmente novo, desde a sua ideologia até a sua prática, que se resume em uma nova instrumentalidade. É nessa fase que o Serviço Social se aproxima das teorias marxistas, as quais mudam a perspectiva profissional, desenha novas bases de ensino e abre um leque de bandeiras de luta.

Foi, então que, em 1966, o projeto de Intenção de Ruptura coincidiu com a proposta de um novo projeto de formação profissional, assim como, com as lutas de resistência à ditadura. Quanto ao projeto de formação profissional, tinha-se o “Método de BH” que se valia da “teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético [...], das contradições e antagonismos da sociedade capitalista, de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana” (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

Na década de 1970, o “Método BH” foi uma guinada nesse engajamento denominado de intenção de ruptura, tendo em vista que a partir dele se buscava estruturar uma nova forma de preparar os profissionais sob uma perspectiva crítica que pudesse romper com os laços conservadores, os quais outrora envolviam o Serviço Social, da sua formação à prática.

O “Método BH” representa, no Brasil, a primeira

[...] construção de uma alternativa global ao tradicionalismo. Este é o traço mais visível da explicitação do projeto da ruptura que se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social de Minas Gerais na primeira metade dos anos setenta – o “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo. Envolvendo todos esses passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (NETTO, 2002, p. 276 e 277 apud PAULA, 2019, p. 5).

Santos (1999) complementa afirmando que o referido método representou de fato uma alternativa à metodologia considerada clássica, pois no período em que o método BH emergiu, buscava-se uma forma de superar as dificuldades que os (as) profissionais e estudantes vivenciavam, objetivando aproximar-se da realidade de setores sociais específicos.

Para isso, o método BH tornou-se uma proposta para aquele contexto e influenciou uma nova alternativa de formação profissional. Ressalta-se que esse método ao ser posto em prática, revelou suas limitações, apesar de ter sido uma proposta muito relevante.

Contudo, a autora Santos (1999) enfatiza em seu texto a importância de haver uma autocrítica dentro do próprio método, a partir das experiências vividas, como uma forma de avaliar dificuldades e entraves de tal prática.

Com todos esses acontecimentos, demandou-se um aparato científico de análise da realidade social que pudesse acompanhar o dinamismo conjuntural a fim de compreendê-la, que levasse em consideração as contradições existentes entre as classes fundamentais da sociedade, como também, as implicações políticas da prática do Serviço Social (IAMAMOTO, 2004).

Muitas organizações, tanto de estudantes quanto de categorias profissionais atuaram de maneira decisiva nesse processo de ruptura com o conservadorismo no contexto ditatorial. Estudantes se reuniam e pleiteavam diante de inúmeras medidas que provinham da ditadura, lideravam lutas pela educação, mas também se solidarizavam com muitos outros direitos que estavam sendo ameaçados pela ofensiva ditatorial.

A defesa da aliança operário-camponesa estudantil na luta contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo, na perspectiva da revolução social, fez com que estudantes exercessem a solidariedade ativa por ocasião das greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG), em julho de 1968 (ABRAMIDES, 2016, p. 461).

Os sindicatos também foram importantes nesse processo, especialmente, quando eclodiram as greves operárias em São Paulo no ano de 1978, reacendendo uma grande luta de resistência. Abramides (2016) diz que o movimento sindical não se restringiu apenas ao sindicalismo operário, mas, outras categorias passaram a se organizar e dentre estas estavam os/as assistentes sociais e os profissionais que atuavam no serviço público. É interessante frisar que estes últimos eram proibidos legalmente de ter sindicatos.

Foi nesse contexto, entre os anos 1977 e 1979, como apontou Abramides (2016), que a partir das organizações sindicais de assistentes sociais, a categoria se identificou como integrante da classe trabalhadora, assalariada e inserida na divisão sociotécnica do trabalho. As entidades sindicais lutaram ativamente junto aos movimentos populares contra o encarecimento de produtos, em defesa da saúde pública e outras bandeiras de vários segmentos da sociedade.

Abramides (2016) relata ainda sobre o grande acontecimento em 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais que tornou-se conhecido como “Congresso da Virada”, onde as entidades sindicais se rearticularam e atuaram pautadas em uma estratégia política, quando se redefiniu o andamento dos acontecimentos do evento, pois a direção do Congresso foi mudada e passou a ser liderada não pela mesa com integrantes do governo ditatorial, mas passando a ser composta por integrantes da classe trabalhadora.

Portanto, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais foi o marco de publicização coletiva de rompimento com o conservadorismo. A profissão se alinha ao compromisso de luta pela garantia de direitos já conquistados pela classe trabalhadora, por um serviço público

de qualidade que atenda às demandas reais dos trabalhadores, assim como, defendiam que o projeto profissional se articulasse a um projeto societário livre de exploração e opressão, ou seja, possibilitou quebrar muitas barreiras e impulsionou o avanço da profissão.

A partir de então, segundo a autora Abramides (2016), a direção social da profissão sob a influência do processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo permitiu que houvessem muitas experiências profissionais de lutas e resistências desde o fim da década de 1970 e início da década de 1980.

A exemplo tem-se a atuação de associações em prol da habitação, que reivindicava financiamento e equipamentos, reclamando sobre a precarização da construção, em contraponto ao engrandecimento dos lucros das grandes construtoras. As demandas habitacionais se somavam àquelas advindas da saúde, educação e outras áreas da realidade social. Vê-se, dessa forma, que a renovação da profissão pautada na ruptura já começava a tomar forma na prática.

Um dado de grande importância trazido por Abramides (2016) é a produção acadêmica e intelectual baseada na tradição marxista que é um marco na história do Serviço Social. Em 1982, Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho publicaram o livro *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, que se tornou o ponto de partida para a expansão da literatura do Serviço Social sob nova perspectiva.

O que trouxe um grande fortalecimento para a ruptura foi a elaboração de um novo currículo para direcionar o projeto pedagógico de formação, também em 1982, e isso possibilitou a definição de pressupostos renovadores, tendo como base

[...] a teoria social em Marx; o trabalho como categoria fundante do ser social; as múltiplas determinações do capitalismo monopolista; a ruptura com o positivismo, o funcionalismo e o ecletismo; a adoção do pluralismo; a profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e os assistentes sociais como trabalhadores, em sua condição de assalariamento; a direção social da profissão, articulada à perspectiva emancipatória (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

Outro marco importante nesse período foi a inserção de profissionais da esquerda na direção das entidades da categoria, representado da época pelo conjunto CFAS/CRAS⁹, isso ainda na década de 1980. E, não menos importante, em 1986 foi construído o Código de Ética Profissional, quando a “[...] efervescência política, acadêmica, teórica, sindical e organizativa [...] atravessava o cenário brasileiro” (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

⁹Conselho Federal de Assistência Social – CFAS e Conselho Regional de Assistência Social.

O processo de ruptura com o conservadorismo veio a se consolidar décadas mais tarde, nos anos de 1990 e 2000, fase esta que segue no avanço do neoliberalismo e na contramão, o projeto profissional seguiu de oponente a este. Desde a formação profissional, passando pelo exercício da profissão até chegar aos congressos e agendas políticas das entidades da categoria, o Serviço Social se coloca em meio à luta.

Assim, segundo Abramides (2016), o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro recebeu esse nome nos anos de 1990 e é a expressão de uma profissão com uma direção política definida. Esse Projeto Ético-Político se materializa por meio do Código de Ética Profissional de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, revista e atualizada em 07 de junho de 1993 – nela está prevista as competências e atribuições privativas dos/das assistentes sociais e dos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, e pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que redefiniu as bases de formação profissional.

Sobre as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, é importante evidenciar uma das diretrizes, a qual está voltada para a “articulação e indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (ABRAMIDES, 2016, p. 471), pois esta reafirma a necessidade e importância da unidade entre teoria e prática.

Diante de toda a discussão, o(a) assistente social passa a ter um perfil diferenciado, mostrando que o profissional, que se aliou às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade, tendo em vista os interesses das classes e/ou setores populares.

Para tanto, faz-se necessário o uso de fundamentos científicos sólidos que orientassem a atuação e buscassem extrapolar a atividade meramente técnica, assim, questionava-se sobre qual orientação teórico-metodológica deveria informar a prática. Foi quando buscaram a reconceitualização como uma forma mais profunda de reestruturar a profissão, e assim, apoiaram no método dialético, o qual incorpora a dimensão histórica da realidade ao método profissional. Mas não se pode deixar de citar que o conservadorismo ainda se faz presente no Serviço Social e muitas vezes entra pela porta dos fundos.¹⁰

¹⁰ Apesar de a direção crítica ser hegemônica, ainda é possível encontrar no seio profissional posturas conservadoras.

3 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

A prática profissional do(a) assistente social é permeada por diversos aspectos construídos historicamente e que devem ser considerados para que haja qualidade no fazer profissional. Apesar dos avanços e do acúmulo teórico do Serviço Social, ainda predomina entre profissionais e estudantes uma ênfase que é dada à dimensão técnica instrumental.

Tal debate ainda fecundo no seio profissional superestima essa dimensão em detrimento das demais; retoma o velho discurso de que na prática a teoria é outra, e muitas vezes de forma ingênua, colocam em risco os avanços conquistados pela categoria ao longo das décadas.

Além disso, contribui para a reprodução do conservadorismo no interior da profissão e consequentemente para o retorno do tecnicismo/metodologismo. Dar visibilidade a esse debate no âmbito da academia é de suma importância, especialmente num contexto de avanços de ideais neoliberais e ultraconservadores.

É notório que existem três dimensões que compõem a prática profissional, assim como, essas três dimensões também norteiam a formação dos(as) assistentes sociais, estas são: técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. Estas não podem ser consideradas autônomas, pois são interatuantes e se complementam, e assim sendo, a sua unidade possibilita que o/a profissional responda de forma qualificada às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam dada à complexidade da realidade social onde se expressam as sequelas da Questão Social (GUERRA, 2012).

A presente seção objetiva fazer uma breve discussão relativa às dimensões que compõem o exercício profissional. Ancoradas na literatura sobre o tema, iniciaremos a exposição explicando a importância da dimensão técnico-operativa no exercício profissional relacionando-a com o processo de formação profissional.

Em seguida, apresentaremos os desafios postos ao Serviço Social num contexto de avanço de ideias neoliberais que cada vez mais exigem respostas imediatas e acríicas por parte dos/das profissionais.

3.1 A dimensão técnico-operativa no exercício profissional: breves considerações

O presente capítulo, objetiva tecer breves considerações acerca de dimensão técnico-operativa. Para tal, nos ancoramos na literatura existente sobre o tema. Especialmente nos estudos desenvolvidos por Guerra (2012), Santos et. al (2012), Trindade (2002), e Cardos e Dói (2017). Não temos a pretensão de fazer o devido aprofundamento sobre a temática, mas sinalizar questões centrais para a reflexão e para o debate, tanto no interior da academia, como no meio profissional.

Santos et al. (2012) compreende a dimensão técnico-operativa como uma unidade que não se dissocia das dimensões teórico-metodológica e ético-política, pois esta não pode ser reduzida a um arsenal de instrumentos e técnicas que orientam a prática profissional. Para os autores,

A dimensão técnico-operativa [...] mobiliza as dimensões teórico-metodológicas - para analisar o real e investigar novas demandas - e ético-políticas - permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação bem como projetar a ação em função de valores e finalidade e avaliar as consequências dessa ação -, além das condições objetivas¹¹ do trabalho e as condições subjetivas¹² dos agentes profissionais (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 19-20).

Numa perspectiva semelhante, têm-se os estudos desenvolvidos por Cardos e Dói (2017), as autoras compreendem que é impossível pensar a dimensão técnico-operativa apartada das demais dimensões. Pois trata-se de uma unidade diversa e constitutiva do trabalho profissional. As autoras também advertem que a materialização deste trabalho irá depender tanto das condições objetivas quanto das subjetivas.

Ao concordarem, Santos et al. (2012), Cardos e Dói (2017) e Guerra (2012) afirmam que a dimensão técnico-operativa é constituída como a forma de aparente da profissão, a maneira como ela passa a ser conhecida socialmente.

Também pode ser compreendida como a “[...] síntese do exercício profissional, a qual vela o conhecimento da categoria, as qualidades subjetivas dos agentes, as condições objetivas do trabalho, o projeto profissional, a ética, os valores” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX. 2012, p. 18).

Guerra (2012) afirma e complementa que esta dimensão é a autoimagem do Serviço Social enquanto prática profissional e articula um conjunto de saberes. É importante salientar que esta dimensão não é neutra, pois é atravessada por um direcionamento político e em aportes teóricos.

¹¹ Condições objetivas dizem respeito aos aparatos materiais que viabilizam o andamento do trabalho dos/das assistentes sociais, como por exemplo, recursos financeiros, instalações, equipamentos e outros.

¹² Condições subjetivas estão relacionadas ao arcabouço de conhecimentos adquiridos pelo/pela profissional, que lhe proporcionará executar suas funções em conformidade com o direcionamento político da profissão.

Ao analisar tais dimensões numa perspectiva de totalidade, possível através da articulação dos saberes das três dimensões, os/as profissionais poderão compreender os limites e as possibilidades que se apresentam no cotidiano frente às necessidades e demandas que chegam nos espaços sócio ocupacionais. Tal postura evita que se recaia em práticas meramente burocráticas e/ou conservadoras, sempre na perspectiva de que as ações desenvolvidas estejam convergentes com os interesses da classe trabalhadora e com o Projeto Ético Político profissional.

Maciel (2016) ressalta os estudos de Iamamoto (2003) acerca de três pontos relevantes que influenciam diretamente a prática profissional: a competência ético-política que evidencia a inexistência de neutralidade na prática profissional; a competência técnico-operativa, quando afirma que os instrumentos operativos precisam ser executados à luz de conhecimentos advindos de uma teoria social, que é muito importante para proporcionar uma atuação crítica; competência teórico-metodológica, uma vez que a atuação profissional necessita de um norte, um caminho, que possibilite uma aproximação da realidade por meio de uma perspectiva crítica.

Tal criticidade pode ser encontrada em teorias sociais de grandes pensadores, principalmente o pensamento crítico-dialético de Karl Marx, que influenciou incisivamente na Renovação do Serviço Social, quando este buscou romper com o conservadorismo.

Apresentando tais definições, ressalta-se que é preciso estar atento para não correr o risco de superestimar ou subestimar uma das dimensões. Caso ocorra, perde-se a compreensão da realidade na sua concretude e isso contribuirá para reproduzir o que está posto, ou seja, a ideologia dominante.

Guerra (2012) diz que ao autonomizar a dimensão técnico-operativa o/a assistente social faz uma opção – mesmo que de forma inconsciente – por uma intervenção profissional funcional e altamente instrumental ao capitalismo. Mas do ponto de vista daqueles que atuam por meio de uma perspectiva crítica e visando um projeto de sociedade livre de exploração e desigualdade, enfatizar o aspecto técnico-instrumental pode ser insuficiente e impossibilitará um atendimento qualificado das demandas.

Trindade (2001) enfatiza que a dimensão técnico-operativa sempre esteve em consonância com os projetos profissionais de cada momento histórico, uma vez que esta dimensão não se encerra em si mesma, ela contempla os limites e possibilidades de uma realidade sócio-histórica, assim como, todas as respostas profissionais construídas com o movimento da realidade. Todo esse conjunto permite materializar a intencionalidade do

profissional, que é composta pelo projeto da profissão, o qual possui uma direção política e teórica específicas, que dão consistência no momento de objetivar a ação profissional.

Discutir a dimensão técnico-operativa nos remete a compreender a questão da instrumentalidade, para tal, nos referenciamos nos estudos de Guerra (2014), Trindade (2001) e Maciel (2016), que desvendam o que está por trás da instrumentalidade, como um conceito mais abrangente.

Ao analisar a questão da instrumentalidade no exercício profissional, Guerra (2007) nos informa que à primeira vista “[...] parece algo referente ao uso daqueles instrumentos necessário ao agir profissional através dos quais os assistentes sociais podem [...] objetivar suas finalidades em resultados profissionais” (GUERRA, 2007, p. 1)

Contudo, a autora chama atenção para o fato de que a instrumentalidade faz referência não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas a capacidade ou propriedade constitutiva da profissão (GUERRA, 2007, p. 1). Além de ser parte constitutiva do Serviço Social, é construída e reconstruída em determinados contextos sócio históricos.

Arelado ao conceito de instrumentalidade está a teleologia, que é a capacidade que todo ser humano possui de idealizar previamente o modo de concretizar seus objetivos, e isso também faz parte do cotidiano profissional dos/das assistentes sociais.

Tão logo podemos afirmar que instrumentalidade não diz respeito apenas aos instrumentos e técnicas, apesar destes serem constitutivos dela, mas abrange diversos aspectos que contribuem para uma atuação qualificada. Trindade (2001) diz que se a instrumentalidade for usada apenas como mecanismo de produção e reprodução ideológica, ou seja, em favor da hegemonia burguesa, esta será limitada a um padrão que está enviesado apenas para fins imediatos. E isso ratifica que a instrumentalidade também é constituída de suportes políticos e teóricos que são revelados na prática por meio dos instrumentos operacionais.

Para Maciel (2016), a racionalidade também está contida na instrumentalidade, pois ao concordar com Iamamoto (2003), o/a assistente social vai operar mudanças em uma dada realidade apresentada pelo indivíduo, para isso, este/esta profissional deve fazer uso de uma visão de mundo para apreender a realidade, o que norteará a sua atuação, e é nesse âmbito que está presente a racionalidade, a qual perpassará toda essa ação profissional.

Sobre racionalidade, Guerra (2014) nos traz dois conceitos, um que é funcional à ordem capitalista e outro que está a favor dos interesses sociais das classes populares. A racionalidade instrumental está dentro da razão burocrática administrativa, que se caracteriza pela formalidade-abstrata, assim como, pela manipulação, de forma descontextualizada. Ao

adotar uma razão instrumental torna-se um meio para alcançar objetivos, sem atentar para a qualidade das ações. Logo, essa racionalidade tem foco no instrumental e é determinada pela ênfase dada aos resultados e pela busca incessante destes.

Já a racionalidade substantiva é o oposto do que foi explanado anteriormente, pois possui uma teoria social crítica como referencial e está pautada em uma razão dialética, uma vez que leva em consideração a “[...] contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações [...]” (GUERRA, 2014 apud MACIEL, 2016, p. 48), buscando compreender a essência dos fenômenos. Esta se relaciona a um posicionamento ético-valorativo, pois tem perspectiva emancipatória e coletiva.

Maciel (2016) aponta que ao longo da história a racionalidade instrumental teve predomínio sobre a forma de fazer a profissão. Esse é um ponto muito pertinente para ser discutido, tendo em vista que em diferentes momentos houve a primazia de uma das dimensões que compõem tanto a formação quanto a prática profissional, isso porque em cada contexto houve determinantes que possibilitaram esse fato.

Segundo Guerra (2014), existem fatores que justificam a predominância da racionalidade instrumental, que por esta possuir um caráter interventivo, espera-se que por meio dela seja possível responder as situações que se apresentam aos profissionais, de maneira que modifique as variáveis, ainda que pontualmente e sem resolução em longo prazo. Se visto por esta ótica, entendemos que diante das demandas que chegam aos profissionais, tem-se a necessidade de respondê-las de forma imediata, pontual e que resultam em soluções paliativas.

O predomínio da dimensão técnico-operativa muito se explica por este tipo de expectativa que se coloca para a profissão nos espaços sócio ocupacionais. Dada essa realidade, faz-se necessário ter uma postura política e ética para superar o mero tecnicismo. Assim, os fatores mencionados somam-se aos desafios cotidianos, exigindo um profissional cada vez mais qualificado para responder as demandas que se apresentam, de forma que esteja alinhado ao que é defendido no Projeto Ético Político Profissional.

Maciel (2016) ressalta que é imprescindível que a maneira de interpretar a realidade esteja baseada na razão dialética e histórica, a qual permite que sejam identificadas as contradições existentes na sociedade na sociedade, uma vez que a realidade é mutável e não estática, fato que possibilita ao/a assistente social ultrapassar o senso comum e não enrijecer sua prática regendo-se apenas pelo arsenal técnico-operativo.

Assim, podemos entender que os instrumentos técnico-operativos são aqueles que os(as) assistentes sociais fazem uso para materializar seu trabalho interventivo. Historicamente os instrumentos foram criados para atender determinadas demandas de um contexto histórico, depois deixados de lado ou aprimorados e dentre os mais conhecidos temos: as entrevistas estruturadas e semiestruturadas; formulários para cadastros, os quais irão conter informações dos usuários; as visitas domiciliares, para melhor apreender a realidade particular de um indivíduo ou família atendida em algum dos espaços sócio-ocupacionais; pareceres sociais, que são utilizados até para subsidiar decisões judiciais, por exemplo, laudos e outros. Tais instrumentos quando associados às técnicas, são muito importantes para a operacionalização na intervenção.

Cada tipo de demanda apresentada pelo público-usuário dos serviços requer uma forma personalizada e flexível de atendimento, tendo em vista que existem as particularidades e singularidades que são vivenciadas pelos cidadãos em momentos históricos distintos e pelo fato de a realidade ser dinâmica e mutável.

É com essa compreensão que oferecemos destaque, aqui, à dimensão técnico-operativa, enquanto dimensão que em sua especificidade é a mais aproximada da prática profissional, e, que por ser assim, propriamente dita, necessariamente, expressa e contém as demais dimensões. [...] Nesta direção, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias¹³, táticas, técnicas instrumentalizadoras da ação, que efetivam o trabalho profissional, e que expressam uma determinada teoria, um método, uma posição política e ética (MIOTO; LIMA, 2009 apud MACIEL, 2016, p. 56).

O exercício profissional do/da assistente social está fundamentado na Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8.662/1993, a qual expressa as competências e atribuições privativas do Assistente Social, em seus artigos 4º e 5º¹⁴, respaldando a atuação em diferentes espaços sócio ocupacionais, em enfretamento das múltiplas expressões da Questão Social.

No sentido etimológico, a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo. Assim, as atribuições privativas são aquelas que se referem diretamente à profissão, como a atribuição privativa de coordenar cursos, bem como equipes de Serviço Social nas instituições públicas e privadas. E competências são aquelas ações que os (as) assistentes podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas (IAMAMOTO, 2012, p. 37 apud MATOS, 2015, p.681-682).

O autor Reis discute sobre as dimensões que precisam ser esclarecidas para compreender como estão organizados os aspectos da profissão. “A Lei de Regulamentação da

¹³ Entende-se estratégia como uma ferramenta abstrata com objetivos a longo prazo, enquanto a tática, compreende-se como uma ferramenta concreta e baseada na melhor ação a tomar a curto prazo, sendo assim, a tática pode ser compreendida como a implementação da estratégia.

¹⁴ Para Lei Nº 8.662/1993 completa acesse: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf

Profissão se enquadra na dimensão jurídico-política¹⁵, que é composta por um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional” (REIS, 2008, p. 82). No interior desta dimensão podemos distinguir ainda duas esferas que caracterizam pelo aparato jurídico-político estritamente no âmbito do Serviço Social construídos pela categoria e o aparato jurídico-político mais abrangente, que está relacionada às leis do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, levando em conta que elas viabilizam o acesso dos usuários aos direitos já garantidos legalmente.

Reis (2008) continua expondo que a dimensão de produção de conhecimento dentro do Serviço Social abriga o caráter investigativo da profissão que se alinha às teorias sociais de cunho crítico e que se distanciam de conteúdos conservadores, que possam promover a manutenção da ordem. Já na dimensão político-organizativa contêm as entidades organizativas da categoria, a saber, o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, associações político-profissionais, os Centros e Diretórios Acadêmicos – CA’s e DA’s –, – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO e fóruns de deliberação.

Entendemos, portanto, que a utilização de instrumentos e técnicas não está desconexa de todos os outros aparatos e dimensões de formação e prática profissionais, pois o Projeto Ético-Político Profissional norteia todos esses elementos, de forma crítica e com base em uma racionalidade substantiva, que são expressas durante o posicionamento do/da assistente social.

A qualidade da atuação profissional depende do processo de formação acadêmica, pois é nesta fase que se tem a aproximação com todo o rico arcabouço de conhecimentos para subsidiar e sustentar a prática profissional, que possibilitam também interpretar os acontecimentos da conjuntura com um olhar crítico e capaz de traçar e propor estratégias que permitam transpor a aparência das demandas e contribui para alcançar os pontos axiais da daquelas realidades vivenciadas pelos usuários e que na maioria das vezes não conseguem expor sua real demanda quando busca os serviços, seja no âmbito público ou privado.

A atuação dos/das assistentes sociais nessas modalidades de intervenção se dão de forma contextualizada e associadas ao movimento da realidade, da conjuntura como já foi dito, da estratificação social e das relações de poder existentes. Autores ressaltam que para operacionalizar as ações, deve haver uma “articulação dos conhecimentos entre o universal, o particular e o singular, estabelecendo relações entre o indivíduo e a sociedade” (MIOTO; LIMA, 2009 apud MACIEL, 2016, p. 57)

¹⁵ Vale destacar que tais dimensões (jurídico-política, produção de conhecimento e político-organizativa) são parte constitutiva do Projeto Ético Político profissional.

Essa definição é realizada através da investigação e do conhecimento das necessidades da população, expressas pelas suas demandas e pela realidade particular de suas condições de vida, e em diálogo com o corpo de conhecimentos já produzidos sobre as particularidades das situações e coerentes com a matriz teórico-metodológica que direciona determinado projeto profissional (MIOTO E LIMA, 2009, p. 39 apud MACIEL, 2016, p. 57).

Isso porque as problematizações particulares são absorvidas e apreendidas para que sejam atendidas no âmbito público, no qual são oferecidos os serviços aos cidadãos.

A assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública [...]. (IAMAMOTO, 2009 apud MACIEL, 2016, p. 58)

Sabe-se que a utilidade social de uma profissão é proveniente das necessidades sociais que se apresentam na realidade, e com o Serviço Social não foi diferente, esta profissão responde às requisições das classes sociais que são atendidas por meio de mediações, que na verdade são respostas institucionalizadas e que devem ser qualificadas, o que depende muito da formação acadêmica, trataremos dessa questão adiante.

Por determinações históricas, o Estado passou a interferir de forma sistemática nas expressões da Questão Social, por intermédio das Políticas Sociais que se materializaram em serviços e benefícios disponibilizados nos espaços sócio ocupacionais em que os/as assistentes sociais atuam (NETTO, 1992 apud GUERRA 2007).

Contudo, Guerra (2012) afirma que reduzir o fazer profissional à dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social um meio para alcançar quaisquer finalidades. A atual configuração das políticas sociais, a saber: privatista, mercantilizada e assistencialista, requisita do(a) assistente social uma intervenção pontual, focalizada, imediata, burocrática, mimética, repetitiva, pragmática e eminentemente instrumental, não exigindo grande qualificação nas respostas, resultando em uma intervenção superficial, gerando um ciclo imediatista nas respostas, tecnificando e limitando a ação profissional.

Assim, Guerra (2012) reitera que a dimensão técnico-operativa pode recair na condição de mera cumpridora de normas e objetivos institucionais, com procedimentos pré-estabelecidos, ações não refletidas e ultra generalizadas. Dessa forma, é a dimensão mais atingida pelos procedimentos próprios do cotidiano, apesar de também ser o reflexo das demais dimensões.

Sabemos que as inúmeras demandas que surgem no cotidiano profissional são, na verdade, problematizações que representam a realidade do usuário, que vivencia as mais variadas formas de violação de seus direitos e que muitas vezes são os direitos básicos, como o acesso à moradia e à alimentação, por exemplo. Até mesmo em situações que pareçam fáceis de resolver é necessário que haja a articulação dos saberes para realizar uma intervenção, caso contrário as mesmas poderão se caracterizar como

[...] manipulatórias, fragmentadas, imediatistas, isoladas, individuais, tratadas nas suas aparências (e não nas determinações fundantes), cujo critério é a promoção de uma alteração no contexto empírico, nos processos segmentados e superficiais da realidade social (GUERRA, 2007, p. 09).

Trata-se de uma racionalidade instrumental, que preza o alcance apenas finalidades específicas, sem a reflexão necessária e sem nenhum cunho crítico, que põe os valores e princípios em um patamar irrelevante, visando apenas os meios que possam alcançar a eficiência e a eficácia como objetivos. Numa rotina de atendimentos, os profissionais podem estar sujeitos a executar ações repetitivas, recaindo na suposta separação do que é prático e do que é teórico, um risco de caráter preocupante.

De acordo com Guerra (2007, p.59), as intervenções

[...] emanam escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais [...] ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico metodológicos e princípios ético-políticos.

Já para Iamamoto (1998, p. 53 apud CARDOSO; DOI, 2017, p. 45):

[...] o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – são fundamentais e complementares entre si. Porém, aprisionados em si mesmos transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teorismo, o militância e o tecnicismo.

Com isso, ressaltamos a necessidade de buscar a superação destas características do cotidiano¹⁶ no sentido de tornar factível uma ação profissional qualificada. Para tanto, faz-se necessário a apropriação do conjunto das dimensões que compõem o Serviço Social, que são o teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa, que possibilita uma ação adequada diante nos diversos fragmentos da questão social, considerando as particularidades da realidade do usuário.

¹⁶ No cotidiano se expressam diversas representações da vida em sociedade, o modo de ser de uma dada população, seus traços culturais, econômicos, dentre outros. (GUIMARÃES, 2002)

3.2 Formação e atuação profissional e os desafios postos ao Serviço Social no contexto conservador¹⁷

A literatura sobre o tema informa a necessidade de relacionar a discussão da dimensão técnico-operativa com o processo de formação profissional. Valdo e Lima (2015) discutem que a partir dos anos de 1990, com a instauração do projeto neoliberal no Brasil, ocorreram diversas modificações na função do Estado e com isso, a educação superior e outras políticas sociais passam a ser ofertadas também pela iniciativa privada.

As transformações em curso envolvem a totalidade social. No que toca à estratificação social, verifica-se que a estrutura de classes da sociedade burguesa vem se modificando sensivelmente, inclusive com a desaparecimento de antigas classes e camadas sociais. Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideosubjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe-se da unidade de ambos os planos na prática social) (NETTO, p. 418, 2010).

Como resultado dessas modificações, no que diz respeito ao Estado, houve um aumento considerável da oferta de cursos superiores de graduação em Serviço Social, majoritariamente estes cursos foram ofertados por instituições não-universitárias¹⁸ e privadas. Segundo Pereira (2010), essa expansão foi apreendida com base em dois eixos, o fortalecimento do empresariamento da educação superior e a necessidade de manutenção de um consenso social. Tal estratégia, além de fortalecer o capital, contribuiu com uma formação profissional acrítica, funcional à lógica do capital. E isso vai repercutir no perfil profissional.

Pereira (2010) ainda traz dados de que 60% dos novos cursos são ofertados em instituições não universitárias, e com a emergência da educação à distância, característica do governo Luiz Inácio da Silva - Lula¹⁹, fez com que houvesse um aumento considerável de vagas, totalizadas em 46.620, em apenas 11 cursos criados entre 2003 e 2009, que no mesmo período havia 199 cursos disponíveis em instituições públicas e privadas, com 24.824 vagas abertas, um número muito inferior quando comparados.

¹⁷ Este item não esgotou a discussão, nem temos essa pretensão, apenas trazemos elementos para o debate que necessita maior aprofundamento.

¹⁸ Instituições Universitárias são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. As instituições não universitárias não precisam obrigatoriamente desenvolver pesquisa e extensão como as universidades.

¹⁹ O governo de Luiz Inácio da Silva – Lula, corresponde ao período de 1 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010, quando encerrou seu segundo mandato.

A crescente oferta de curso superior em serviço social justifica-se, segundo aponta Pereira (2010), pela iniciativa de apoio dado pelo governo a instituições de ensino superior, de forma que a instituição que adere ao programa do governo, Programa Universidade Para Todos - PROUNI²⁰, recebe uma ampla isenção de tributos, o singelo aumento no número de cursos em instituições públicas justifica-se pela implementação do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras - REUNI²¹.

Guerra (2010) diz que apesar da ampliação de vagas, em instituições públicas, o governo não expande recursos que gerem condições necessárias para um adequado funcionamento destas universidades, o que traz como consequência o aumento na carga horário dos docentes, funções administrativas passam a serem desenvolvidas pelos próprios docentes, falta de estrutura física, salas superlotadas, gerando a ministração de aulas precarizadas e conseqüentemente uma formação defasada.

Dessa forma, entendemos que essa ampliação desenfreada dos cursos à distância traz impactos negativos à qualidade da formação, além da mercantilização do ensino, os cursos ofertados por instituições não universitárias e na modalidade EAD²², não garantem o acesso à pesquisa. Toda essa problemática causada pela expansão da educação superior de forma desordenada, a constituição desta como nicho de mercado e a falta de estrutura dos cursos ofertados, refletem de modo considerável na prática profissional, seja no enfrentamento das sequelas da Questão Social, ou até mesmo na docência.

Pereira (2010) ainda salienta que esta formação aligeirada visa a certificação de profissionais de forma quantitativa e não é prioridade a qualidade em formar tais profissionais, não havendo uma preocupação com a base teórica-metodológica, assim como, com a capacidade ético-política, necessária para um profissional atuar de maneira qualificada.

Ocorre que as universidades têm se tornado “fábricas de diplomas” e se há fábricas de diplomas é por que existem compradores. Como dito, é necessário forjar um perfil de estudante adequado a essa lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior (GUERRA, 2010, p.278).

²⁰ O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior.

²¹ O REUNI é o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras.

²² O ensino à distância difere do ensino remoto, pois no EAD as aulas são gravadas previamente e disponibilizadas em plataformas online, a qual o aluno acessa a qualquer momento. Em contrapartida, o conteúdo produzido e disponibilizado na forma remota é acompanhado em tempo real pelo docente e discente, adaptando e seguindo o calendário institucional programada para a forma presencial.

Ivanete Boschetti (2015), reflete sobre a formação profissional, de maneira crítica em relação às expressões do conservadorismo, indicando o avanço ou reatualização deste, no campo da formação. Na conjuntura imersa em moldes neoliberais é nítido o avanço do conservadorismo em todos os campos, seja na política, na religião, na cultura, na moral e no âmbito social, e este agravo alcança a formação superior em Serviço Social.

Boschetti (2015) reitera que o conservadorismo é elemento próprio da sociedade capitalista, por isso permeia a formação e a ação profissional, desde sua gênese. A maneira como a profissão surgiu, subordinada a outras profissões, trouxe consigo um forte caráter técnico-operativo. Esse cenário é modificado a partir da apropriação da teoria marxista no bojo do Serviço Social, que traz a possibilidade de rompimento com o pensamento conservador.

A autora Ivanete Boschetti (2015) ainda ressalta que com a mercantilização do ensino superior, a formação retrocede na determinação de construir uma formação seguindo um viés crítico, na perspectiva de totalidade e comprometida com a transformação social. Ressalta-se que a prática profissional com influência conservadora está diretamente ligada aos traços conservadores presentes na formação profissional.

Saibamos que através da mediação profissional, o/a assistente social tem a oportunidade de “[...] negar a ação puramente instrumental, imediata, espontânea e reelaborá-la em nível de respostas sócio profissionais” (GUERRA, 2007, p. 14). E essa reelaboração acontece no próprio cotidiano onde se expressam as diversas representações da vida em sociedade, o modo de ser de uma dada população, seus traços culturais, econômicos, dentre outros.

Ao receber as demandas dos usuários, o/a assistente social tem o primeiro contato com estes, e a partir de então se tem um desafio para o/a profissional, primeiro de posicionar-se para além de um mero profissional atendente de necessidades pontuais, arraigado ao estigma do assistencialismo, podendo colocar-se como mediador capaz de externar todo o seu arcabouço de conhecimentos acumulados em suas ações e realizar um atendimento de qualidade visando sempre seu compromisso ético-político que norteia toda a categoria no exercício da profissão. É importante ressaltar que um atendimento de qualidade depende sim de uma formação profissional crítica, mas também, leva-se em consideração as condições objetivas existentes nos espaços sócio ocupacionais e da correlação de forças que envolvem a atuação profissional.

Sarmento (2013) aponta que há um contexto de profundas mudanças societárias em curso, mudanças estas que se operaram e ainda acontecem no âmbito científico e tecnológico, que acarretaram na reorganização do trabalho humano, mudanças na esfera econômica (base material), esfera cultural (simbólica, o campo das ideias), e na esfera política (as inflexões no mundo do trabalho, na distribuição da riqueza e na socialização do poder). Mutações que estão inseridas em um conjunto de contradições e crises inerentes ao modo de produção capitalista, que vê na reestruturação produtiva²³, a restauração econômica do capital e do ambiente de intervenção política como formas de enfrentamento à sua crise.

Tais mudanças na configuração da sociedade tornam cada vez mais frágeis as relações de trabalho, bem como, os vínculos empregatícios, sendo necessário ao trabalhador se adaptar a essas novas condições, tornando-se um trabalhador flexível a adaptações, para que se mantenha no mercado de trabalho.

Guerra (2010) ressalta que as atuais configurações de trabalho na sociedade capitalista, mais especificamente no Brasil, retratam um retrocesso e retirada de direitos dos trabalhadores, direitos esses, adquiridos através de grandes reivindicações da classe trabalhadora. Aos Assistentes Sociais, estas características não são diferentes, e ainda possui em agravo, além de estarem inseridos na condição de trabalhador assalariado, tais mudanças refletem nas demandas que são apresentadas para estes profissionais, pois está diretamente ligado às condições sociais que tais retrocessos refletem na vida dos trabalhadores.

Referindo-nos às condições de trabalho do(a) assistente social, na atual conjuntura da sociedade, destacamos algumas características dos vínculos empregatícios que interferem no desempenho do atendimento ao usuário, segundo os estudos de Guerra (2010), que são: jornadas de trabalho e salários flexíveis, a terceirização, multifuncionalidade, desregulamentação do trabalho, emprego temporário. Assim, a resposta profissional frente às refrações da questão social tende a ser cada vez mais pontual, burocratizada, aligeirada, generalizada e não refletida.

Montaño (1997) traz a discussão de que a profissão é e foi moldada e condicionada a partir do contexto em que esteve e que está, porque o cenário é quem direciona a emergência e as mutações no âmbito profissional, não é algo endógeno. Assim, o Serviço Social resulta e é parte integrante de um processo histórico.

²³ Conjunto de medidas que ocasionaram mudanças no que diz respeito ao mundo do trabalho, a exemplo, a flexibilização da produção e das relações de trabalho. Ver: Crise do capital e consequências societárias. José Paulo Netto, 2012, p. 417.

As transformações em curso têm provocado impacto nas práticas sociais e alcança também as práticas profissionais, assim como, refletem em alterações no mercado de trabalho e condições de trabalho. Sarmiento (2013) aponta a maneira como isso tem sido feito, por meio da refuncionalização de procedimentos, rearranjo do perfil profissional. Assim, como já fora dito, o trabalho dos(as) assistentes sociais também é atingido, pois sua atuação não está desconectada do que se passa na realidade, suas contradições e condições. Segundo este autor, é preciso pensar e construir meios para efetivar as intenções projetadas, diz que é preciso se posicionar e se constituir como um instrumento. Para tanto, usa-se como artifícios a criticidade e a criatividade.

Fala-se muito acerca das mudanças no mundo do trabalho, e sobre estas Montaño (1997) aponta que estão relacionadas com a reestruturação produtiva que se reflete desde a organização da produção até às relações de contrato. Algumas características desses aspectos são: alteração das relações trabalhistas; subcontratação; contratos por serviços prestados, pois é uma forma de burlar os direitos trabalhistas, visto que não há compra direta de força de trabalho, assim como se esquia da organização sindical das categorias; flexibilização do contrato de trabalho; renúncia e/ou isenção de benefícios trabalhistas; precarização.

A globalização também é um aspecto trazido por Montaño (1997), por meio deste fenômeno acontece a mundialização do capital, a produção é globalizada através da terceirização, por meio da qual se produzem peças para a produção em qualquer lugar do mundo.

A globalização se expressa também na esfera política, incidindo sobre as autonomias dos estados nacionais, que sofrem com as perdas destas, pois com a presença de organizações transnacionais – como a Organização das Nações Unidas - ONU, Tratado Norte-Americano de Live Comércio - Nafta, Acordo Geral de Tarifas e Comércio - Gatt, Organização dos Estados Americanos - OEA, e de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial, e também empresas multinacionais cujo Produto Interno Bruto – PIB é alto se comparado ao dos Estados nacionais – que se encontram tutelados aos comandas desses organismos e empresas, e isso é mais comum em países considerados periféricos.

Arelado a esses fenômenos tem-se ainda o neoliberalismo, que é antidemocrático, se opõe à justiça social e à liberdade. Essa é a grande expressão da refuncionalização do Estado, o qual não pode intervir na economia, tendo que proporcionar um livre mercado, e com isso, a justiça social seria uma ameaça a essa liberdade.

Montaño (1997) já discutia que a ofensiva neoliberal promove um ataque frontal aos fundamentos democráticos das decisões nacionais, começando pela intromissão dos organismos internacionais, depois pelas privatizações de empresas estatais, a consequente queda na arrecadação de impostos diretos pelo Estado, que não arrecada o suficiente para manter seus gastos, ainda que aumente a tributação indireta. Querem reduzir, portanto, os gastos públicos e diminuir os recursos para as políticas sociais. Assim, o Estado deve se dedicar apenas às atividades essenciais: segurança pública, defesa de fronteiras, repressão sindical (o que garante a liberdade neoliberal). As áreas sociais devem ser de responsabilidade da sociedade civil, segundo o ideário neoliberal.

As receitas neoliberais afetam fundamentalmente as políticas sociais. Montaño (1997) diz que primeiro priorizam que instituições não governamentais e privadas prestem serviços, alegando escassez de recursos por parte do Estado para financiar as políticas sociais, que perde seu caráter funcional original e faz com que a classe trabalhadora fique à mercê de atendimentos públicos sem qualidade e despersonalizado. Isso se configura como uma grande perda para a classe trabalhadora, que é afetada transversalmente pelas medidas neoliberais, pois se já havia precarização, esta é ainda mais acentuada, dado o contexto envolto no neoliberalismo.

Com o neoliberalismo, a ênfase é dada ao mercado, o qual passa a dar as regras. Como afirma Pastorini (1995) apud Montaño (1997), a democracia já não é mais o elemento legitimador, pois a globalização política e econômica afeta as autonomias dos Estados nacionais e é o mercado que vai ganhando novos espaços de democracia.

Presenciamos um contexto de grande desmonte das conquistas sociais por meio de uma onda que expande o ideário conservador com sua nova roupagem e com uma forma diferenciada de se impor às consciências.

Segundo afirma Barroco (2015), o conservadorismo possui uma função ideológica, a qual se pauta em valores que estão atrelados à tradição e aos costumes que foram preservados no decorrer da história, e o que se deve saber é que estes costumes são elitistas e envolvem o racismo e o preconceito de classe, por exemplo.

Barroco (2015) elenca ainda outras características marcantes da onda neoconservadora, como a reificação ou coisificação, que transpõe o homem à condição de objeto; o irracionalismo; o individualismo, fatores estes que dissimulam as contradições sociais. O conservadorismo faz uso desses elementos para se colocar como “verdade”, principalmente, nos momentos de crise estrutural.

O neoconservadorismo é a expressão dominante que enaltece o que é conservador na ordem capitalista, que se coloca como opositor do Estado Social e conseqüentemente, aos direitos sociais e buscam uma sociedade para o livre mercado e redefine a função do Estado como repressor das formas de contestação aos costumes “tradicionais”, é o que reitera Barroco (2015) sobre a temática.

A ofensiva neoliberal foi alinhada ao ideário conservador e disseminou-se interferindo nos mais diversos âmbitos da vida social:

Com sua interferência na estrutura e na regulamentação das relações de trabalho, nas formas de organização política e jurídica do Estado e das instituições, a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados. Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos. (BARROCO, 2007, p. 626)

Tão logo, afeta também os campos profissionais, que também são invadidos e são penetrados pelos aspectos mencionados anteriormente. Barroco (2007) salienta que desde a formação já estão presentes os elementos neoconservadores – o irracionalismo, o dogmatismo, o neopositivismo – que promovem um esvaziamento do posicionamento crítico, naturalizando as desigualdades, reproduzindo o senso comum e todas as precarizações advindas do neoliberalismo e do neoconservadorismo.

Então, de que forma essas características interferem no exercício profissional? Barroco (2007) assinala alguns pontos, primeiro, sabemos que existem profissionais que se identificam com essas ideologias “tradicionais”, que somadas ao irracionalismo determinam uma intervenção baseada em soluções pragmáticas. Sem falar nas tarefas policiais que desempenham quando se integram aos espaços sócio ocupacionais, ao seguir regras estabelecidas pelos diversos serviços, projetos, programas, benefícios, que contribuem para manter certo controle dos usuários, tendo em vista os critérios de elegibilidade influenciados, no cotidiano, por preconceitos e discriminações.

Em toda nossa trajetória profissional, o conservadorismo esteve presente e este não pode ser eliminado absolutamente, uma vez que ele transcende o âmbito profissional e se expressa por todas as formas de opressão, de alienação e exploração. Porém, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é uma forma de se apoderar dos ricos elementos para enfrentamento às práticas conservadoras, visando fortalecer a democracia e direcionando politicamente a categoria para que se volte para a emancipação humana e superação da barbárie, enfraquecendo os apelos moralistas e reificantes.

Nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Ele tem em seu núcleo o conhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (ROCHA; FERNANDES; GOIN; 2019. p. 03)

Sabemos que não existem receitas, modelos ou métodos fechados para a execução do trabalho de assistentes sociais, mas a própria profissão dispõe de aparatos que possibilitam uma atuação qualificada e com competência ética, técnica e política. O acionamento correto das dimensões se configura como uma estratégia que cria possibilidades de viabilizar o acesso aos canais de direito dos cidadãos, é uma forma de enfrentamento aos limites impostos pelo contexto neoliberal.

Vejamos o que diz a autora Marcomim:

Há uma lógica de planejamento do processo interventivo que, a depender de contextos institucionais diferenciados (Estado, mercado, sociedade civil organizada), pode adquirir dinâmicas organizativas próprias, por vezes até menos burocratizadas, mas que não podem se eximir de consolidar respostas e mecanismos de mediação, controle e análise de resultados das demandas apresentadas, apesar de seus processos burocratizados e que podem se processar de diferentes formas institucionais. (MARCOMIM; MACIEL, 2016, p. 22)

Podemos afirmar que estratégias podem ser tecidas pelos(as) profissionais, a fim de garantir uma intervenção qualificada com vistas a efetivar uma mediação que contemple a demanda apresentada pelo usuário, mesmo em um cenário extremamente afetado pelas facetas neoconservadoras.

No cotidiano profissional, a atuação visa

Consolidar maneiras de assegurar os direitos humanos nas formas de direitos sociais, políticos, culturais, econômicos [...]”, e isso requisita “reflexões críticas e propositivas” a fim de que se evidencie “a capacidade instalada na profissão de olhar-se, de olhar a realidade, os sujeitos de sua prática, suas demandas e expressões da Questão Social (MARCOMIM, 2016, p. 26).

Por este motivo, a autora Marcomim (2016) ressalta que o instrumental técnico-operativo não deve ser aplicado pontualmente, mas ser utilizado de forma intencional e alinhada aos valores éticos do Serviço Social no processo de trabalho para evitar recair em práticas em que haja a reprodução das relações de poder e a continuação do ciclo de exclusão, vulnerabilidade e de alienação dos sujeitos.

Finalmente, afirma-se que há uma luta constante da profissão para alcançar seus objetivos, sem se desvincular dos seus princípios e tendo um olhar atento às reclamações da classe trabalhadora, em um cenário crítico para o Serviço Social, com o avanço neoliberal,

que impõe limites aos/às assistentes sociais, os (as) quais devem estar preparados para propor possibilidades de realizar seu trabalho qualificadamente, ainda que as condições objetivas não sejam as melhores. É preciso estar atento e forte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, pudemos compreender a maneira como o conservadorismo esteve presente no Serviço Social desde a sua gênese e como seus traços são perceptíveis nos dias atuais, pois o Serviço Social não está dissociado do movimento da realidade, e uma vez que o conservadorismo faz parte da realidade, este elemento torna-se um desafio para os/as profissionais. Sem esquecer de que o capitalismo, enquanto ordem social e econômica dita as regras transversalmente, alcançando todas as áreas da vida em sociedade, inclusive, nos âmbitos profissionais.

Como forma de romper com a crise, o capitalismo adere ao neoliberalismo para se reestruturar, medida que atingiu duramente a população no que diz respeito aos seus direitos sociais, principalmente os direitos trabalhistas, com as graves mudanças no mundo do trabalho, que alcançam também os(as) assistentes sociais, uma vez que são trabalhadores(as) assalariados(as).

A lógica conservadora interfere incisivamente no trabalho dos(as) assistentes sociais, pois vai de encontro aos seus princípios éticos e com a perspectiva de totalidade por meio da qual deve ser analisada a realidade social, fazendo com que seja enrijecida a atuação profissional, enfatizando apenas o caráter técnico da mesma, cujo intuito é alcançar os objetivos institucionais em detrimento da qualidade no atendimento ao público usuário dos serviços, que são possibilitados por meio da reflexão profissional no momento de apreender as demandas que lhes chegam.

A discussão aqui se pauta no predomínio do instrumental técnico-operativo diante do avanço neoliberal, tendo em vista que resulta em consequências importantes a serem identificadas, desde o retrocesso no âmbito dos direitos até às práticas profissionais, deixando-as penetráveis aos elementos conservadores que acompanham as medidas neoliberais.

Todo o exposto nos faz uma alerta do quão é necessário estar bem alicerçado nos componentes do Projeto Ético Político do Serviço Social, de estarmos alinhados aos princípios profissionais, assim como, de todo o conhecimento acumulado que dá consistência a uma luta que é constante. Existem, sim, inúmeros limites no presente cenário, porém em toda a história da profissão estes se fizeram presentes, assim, esses limites não devem ser uma prerrogativa de se deixar levar pelo atual contexto, mas de se posicionar e buscar estratégias que criem possibilidades de efetivar o que é idealizado e defendido pela profissão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Revista Ser. Soc. Soc.** São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.
- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. 5. Ed. São Paulo: Cortez. Universidade Metodista de Piracicaba. 1995.
- BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serv. Soc. Soc.** São Paulo, Ano XXVIII especial (623-636). 2007.
- BOSCHETTI, Ivanete; Expressões do conservadorismo na formação profissional, In. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- CARDOS, P. F. G.; DOI, D. A. S. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em Serviço Social. **Revista Temporalis**. Ano 17, n. 33. Brasília-DF. 2017.
- GONDIM, Jorge Vinícios Silva; BEZERRA, Josinete de Carvalho; COSTA, Rafaela Ribeiro Saraiva da. **Positivismo, Fenomenologia e Serviço Social: Crítica às expressões contemporâneas do conservadorismo**. 2018.
- GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Publicado em: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. 2000.
- GUERRA, Yolanda, A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS Cláudia Mônica dos; BACKX Sheila; GUERRA Yolanda (Organizadoras). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social desafios contemporâneos**. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2012. p.39.
- GUERRA, YOLANDA. **A instrumentalidade do trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. BH. 2007.
- GUIMARÃES, G. T. D. **Cotidiano e Cotidianidade: limite tênue entre os reflexos da teoria e senso comum**. Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre. 2002, p. 27-35.
- GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. Cotidiano e cotidianidade: limite tênue entre os reflexos da teoria e senso comum. In: **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre. 2002.
- IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33ª Ed. Cortez Editora. 1985.

MARCOMIM, Ivana.; MACIEL, Walery Luci da Silva. **Instrumental Técnico-operativo do Serviço Social**. Livro Didático – UnisulVirtual. Palhoça, 2016.

MATOS, Maurílio Castro de Configurações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade, In. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MELO, E. F. . Implementação e Consolidação do Neoliberalismo no Brasil. In: Norma Alcântara; Reivan Souza; Silene de M. Freire. (Org.). **Reflexões em Tempos de Crise**. 1ed. MACEIÓ: EDUFAL, 2015, v. 1, p. 163 – 183.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao Neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. Disponível em: **Revista Serviço Social e Sociedade**. 1997.

NETTO, José Paulo, 1947. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** / José Paulo Netto --. 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2009.

PEREIRA, Larissa Dahmer, A Expansão dos Cursos de Serviço Social em Tempos de Contra-Reforma do. Ensino Superior Brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. In: **Revista de Políticas Públicas**, (MA), 2009, número especial, p.323 – 331.

PEREIRA, Larissa Dahner Pereira; “A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social”; In: **Revista de Políticas públicas**, São Luiz-Maranhão, número especial, p. 323-331, agosto, 2010.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Projeto Ético Político do Serviço Social. Assistente Social: Ética e Direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. Volume I. 2008. CRESS 7ª Região, RJ.

ROCHA, I. L. da; FERNANDES, L. D. S; GOIN, M. **Projeto ético-político do serviço social brasileiro: possibilidades e limites da sua afirmação frente ao avanço das tendências teóricas pós-modernas**. 2019.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila. A dimensão técnico operativa do Serviço Social questões para reflexão. In: SANTOS Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX Sheila; GUERRA Yolanda (Organizadoras). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social desafios contemporâneos**. Juiz de Fora. Ed UFJF, 2012. p.15

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. Cortez Editora. São Paulo – SP. 6ª Edição. 1999.

SARMENTO, H. B. de M. Instrumental técnico-operativo e o Serviço Social, é preciso continuar o debate! **Revista Conexão Geraes**. 2013, CRESS-MG.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e

projetos profissionais. In: Revista Temporalis nº 04, ano II. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABESS. 2001.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes; Desvendando determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**. Brasília, nº 04, Ano II, Jul. a Dez. 2001.

VALDO, João Paulo da Silva; LIMA, Jéssica Cleophas do Carmo, Precarização da educação superior e a formação profissional; In. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luiz-Maranhão, agosto, 2015.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora, Fonseca Gonçalves. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional da contemporaneidade**. Florianópolis – SC. UFSC. 2015.